importa definir o destino do respectivo pessoal, designadamente as regras da sua colocação em outros serviços ou organismos públicos:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O presente diploma aplica-se a todo o pessoal que se encontra na dependência da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41/82, de 8 de Fevereiro.

Art. 2.º O pessoal referido no artigo anterior que se encontra a prestar serviço em organismos públicos, para satisfação de necessidades permanentes de serviço, será integrado nos quadros do respectivo pessoal, em vagas ali existentes ou mediante alargamento dos respectivos quadros, por portaria.

Art. 3.º O pessoal referido no artigo 1.º a que não for aplicável o regime estabelecido no artigo 2.º, no prazo de 90 dias, será considerado excedente, aplicando-se-lhe o regime previsto no Decreto-Lei n.º 167/82, de 10 de Maio.

Art. 4.º A integração do pessoal a que se refere o artigo 2.º do presente diploma far-se-á de harmonia com o disposto no artigo 7.º do citado Decreto-Lei n.º 41/82, sem prejuízo das habilitações estabelecidas, de acordo com as seguintes regras:

- a) Para categoria idêntica à que o funcionário ou agente já possui;
- b) Para categoria correspondente às funções que o funcionário ou agente actualmente desempenha, remunerada pela mesma letra de vencimento ou por letra de vencimento imediatamente superior, quando não se verifique coincidência de remuneração.

2 — O disposto na alínea b) do número anterior só se aplica quando o funcionário ou agente a integrar for portador de categoria não existente nos quadros de pessoal dos organismos integradores.

Art. 5.º A integração nos termos do artigo anterior far-se-á no respeito pelos requisitos de provimento definidos nas leis orgânicas dos serviços ou organismos integradores e no Decreto-Lei n.º 146-C/80, de 22 de Maio.

Art. 6.º O tempo de serviço prestado pelo pessoal abrangido pelo artigo 2.º do presente diploma será considerado para todos os efeitos legais, designadamente no que respeita a antiguidade, promoções, diuturnidades e aposentação.

Art. 7.º As dúvidas resultantes da aplicação do presente diploma serão esclarecidas mediante despacho do Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Reforma Administrativa.

Art. 8.º Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Francisco José Pereira Pinto Balsemão — João Maurício Fernandes Sagueiro — Vasco Luís Caldeira Coelho Futscher Pereira — António Jorge de Figueiredo Lopes.

Promulgado em 6 de Janeiro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO, DA CULTURA E COORDENAÇÃO CIENTÍFICA E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 48/83

de 17 de Janeiro

Considerando o disposto nos artigos 12.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e pelos Ministros da Cultura e Coordenação Científica e da Reforma Administrativa, criar no quadro do pessoal do Teatro Nacional de D. Maria II 1 lugar de assessor, letra B, o qual será extinto quando vagar.

Ministérios das Finanças e do Plano, da Cultura e Coordenação Científica e da Reforma Administrativa, 5 de Janeiro de 1983. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, *Alípio Barrosa Pereira Dias*, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Cultura e Coordenação Científica, *Francisco António Lucas Pires*. — O Ministro da Reforma Administrativa, *José Manuel Meneres Sampaio Pimentel*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

Decreto-Lei n.º 10/83

de 17 de Janeiro

O desenvolvimento do transporte aéreo internacional e a sua importância sócio-económica vem conduzindo as organizações internacionais interessadas e as administrações de cada país à adopção de normas e medidas da sua facilitação que, tendo em conta as suas características peculiares de velocidade, segurança e comodidade, garantam uma exploração eficiente com elevado nível de qualidade e contribuam para a sua desejável expansão.

Em face da posição já atingida neste domínio pelas nossas infra-estruturas aeronáuticas — os aeroportos — e pelos serviços dedicados à aviação civil, foi decidido concretizar os meios indispensáveis e apropriados àquele fim, legalizando e definindo concretamente os órgãos que, desde 1964, e por via administrativa, vinham no seio da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil (DGAC) a assegurar o estabelecimento e aplicação das normas, recomendações e procedimentos emanados da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) em matéria de facilitação.

Assim, foi publicado o Decreto-Lei n.º 551/75, de 30 de Setembro, que criou a Comissão Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo e as comissões aeroportuárias de facilitação do tráfego aéreo.

Por outro lado, a necessidade de proteger o transporte aéreo e a aviação civil em geral contra a prática de actos de terrorismo, entre os quais avulta a apropriação ilícita de aeronaves, levou, sobretudo a partir de 1970, as organizações internacionais interessadas e a maioria dos países à adopção de normas especiais de segurança que, dada a envolvimento dos Estados a

nível mundial, impuseram a conclusão, sob a égide da OACI, da Convenção para a Repressão da Captura Ilícita de Aeronaves — Haia, 16 de Dezembro de 1970 — e da Convenção para a Repressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil — Montreal, 23 de Setembro de 1971.

Portugal, na qualidade de signatário destas Convenções, procurou de imediato dar cumprimento ao que nelas se estabelecia e recomendava, criando, para o efeito, os órgãos que assegurassem não só a coordenação, no plano nacional, da execução das normas de segurança aplicáveis nos aeroportos e instalações de apoio à navegação aérea, como ainda a integração do País no sistema de prevenção e permuta de informações estabelecidas para a aviação civil internacional.

Assim, foi publicado o Decreto-Lei n.º 526/72, de 19 de Dezembro, que criou a Comissão Nacional de Segurança da Aviação Civil e as comissões aeroportuárias de segurança da aviação civil, mais tarde reformuladas pelo Decreto-Lei n.º 575/75, de 6 de Outubro.

As mútuas implicações da facilitação e da segurança levaram, no entanto, a OACI, por proposta de alguns Estados, entre os quais Portugal, a recomendar a compatibilidade das 2 matérias, por forma a conseguir-se um equilíbrio adequado e aceitável entre as 2, sendo desejável a junção das respectivas comissões. Entre nós, e dentro desta nova filosofia, têm as 2 Comissões funcionado, na prática, em conjunto, o que, para além dos benefícios técnicos já referidos, representa uma apreciável economia de meios.

Torna-se, pois, necessário não só legalizar esta fusão, como reformular os Decretos-Leis n.ºs 551/75 e 575/75, no sentido de se proceder à reestruturação das comissões, definindo concretamente as suas atribuições e estabelecendo as entidades responsáveis pela facilitação e pela segurança nos aeroportos nacionais, face à evolução verificada nestes domínios.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Sistema de facilitação e de segurança)

1 — O director-geral da aviação Civil é o responsável pelo estabelecimento dos sistemas de facilitação do transporte aéreo e de segurança da aviação civil e respectivos programas nacionais, competindo-lhe, designadamente, aprovar as normas, recomendações e procedimentos propostos pela Comissão referida no artigo 2.º e velar pelo seu cumprimento.

2 — O director-geral designará para o coadjuvar no desempenho da competência estabelecida no número anterior um funcionário da DGAC com funções de inspecção da facilitação e de segurança, cabendo-lhe, nomeadamente, promover, orientar e fiscalizar o estabelecimento das normas, recomendações e procedimentos aprovados e os métodos da sua aplicação.

ARTIGO 2.º

(Comissão Nacional de Facilitação e de Segurança)

1 — A fim de estabelecer a coordenação entre as várias entidades e serviços que intervêm na definição e aplicação das normas, recomendações e procedimen-

tos de facilitação e segurança, é criada, no âmbito da Direcção-Geral da Aviação Civil, a Comissão Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo e de Segurança da Aviação Civil, adiante abreviadamente designada por Comissão Nacional FAL/SEC.

2 — A Comissão referida no número anterior é um órgão consultivo do director-geral da Aviação Civil nos domínios da racionalização e eficiência da exploração aeroportuária (facilitação) e da prevenção de actos ilícitos contra a aviação civil (segurança).

ARTIGO 3.º

(Constituição)

1 — A Comissão Nacional FAL/SEC é constituída por:

- a) 2 representantes permanentes da Direcção-Geral da Aviação Civil, um dos quais presidirá e outro secretariará;
- b) 1 representante permanente da Polícia de Segurança Pública;
- c) 1 representante permanente da Polícia Judiciária;
- d) 1 representante permanente do Serviço de Estrangeiros;
- e) 1 representante permanente da Guarda Fiscal;
- f) 1 representante permanente da Direcção-Geral das Alfândegas;
- g) 1 representante permanente da Direcção-Geral dos Negócios Económicos;
- h) 1 representante permanente do Protocolo do Estado;
- i) 1 representante permanente da Direcção-Geral de Saúde;
- j) 1 representante permanente da Direcção-Geral de Turismo;
- l) 1 representante permanente de cada uma das administrações de aeroportos e da navegação aérea;
- m) 1 representante permanente de cada um dos operadores nacionais de transporte aéreo regular;
- n) 1 representante permanente das empresas públicas Correios e Telecomunicações de Portugal e Telefones de Lisboa e Porto;
- o) 1 representante permanente da Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea (APPLA).

2 — Sempre que se verifique a regionalização dos serviços referidos no número anterior, as entidades correspondentes das regiões autónomas têm igualmente representação nesta Comissão.

3 — Com o estatuto de observador, a Comissão integrará 1 representante das companhias aéreas estrangeiras que operam em Portugal.

4 — Poderá cada uma das entidades referidas nos n.ºs 1, 2 e 3 do presente artigo designar um representante substituto.

5 — Sempre que se mostre conveniente, a Comissão poderá propor ao director-geral da Aviação Civil a representação ou colaboração de outros serviços ou entidades públicas ou privadas nela não representadas.

ARTIGO 4.º

(Competência)

Compete à Comissão Nacional FAL/SEC:

- a) Estudar e propor o estabelecimento dos sistemas nacionais que visem a facilitação do transporte aéreo e a segurança da aviação civil e os respectivos programas nacionais;
- b) Estudar e propor normas, recomendações e procedimentos de facilitação e de segurança a aplicar nos aeroportos, aeródromos e serviços de apoio à navegação aérea, tendo em conta o disposto em convenções e acordos de que Portugal é signatário, bem como as disposições recomendadas pelos organismos internacionais da aviação civil;
- c) Propor as alterações às disposições legais em vigor julgadas convenientes à prossecução dos objectivos da facilitação e da segurança;
- d) Assegurar o intercâmbio com entidades congéneres de outros Estados, por forma a obter-se o aperfeiçoamento e uniformização das técnicas e procedimentos de facilitação e de segurança;
- e) Promover a troca de informações, pareceres, comunicações e relatórios com os organismos internacionais da aviação civil.
- f) Participar na preparação de reuniões nacionais ou internacionais sobre facilitação e segurança;
- g) Considerar e estudar as propostas e sugestões que lhe sejam apresentadas pelas comissões referidas no artigo 6.º e analisar os seus relatórios e informações;
- h) Estudar e propor os critérios gerais de facilitação e de segurança a aplicar na construção, instalação ou remodelação das infra-estruturas e equipamentos aeroportuários e dar parecer sobre os projectos que sejam submetidos à sua apreciação;
- i) Dar parecer sobre qualquer assunto que, no âmbito das suas atribuições, lhe seja submetido.

ARTIGO 5.º

(Regulamento e funcionamento)

1 — A Comissão poderá reunir em sessões plenárias ou restritas, consoante o âmbito dos assuntos agendados.

2 — A Comissão reunirá obrigatoriamente em sessão plenária pelo menos de 3 em 3 meses.

3 — As deliberações da Comissão submetidas à aprovação do director-geral da Aviação Civil serão tomadas com voto favorável das entidades directamente interessadas na matéria em causa.

4 — As deliberações tomadas com a posição das entidades referidas no número anterior serão apresentadas ao director-geral da Aviação Civil para serem submetidas à apreciação governamental.

5 — O funcionamento e o expediente da Comissão são assegurados pela Direcção-Geral da Aviação Civil.

ARTIGO 6.º

(Comissões aeroportuárias)

1 — A fim de assegurar a coordenação entre as várias entidades locais intervenientes nos domínios da facilitação e da segurança, é criada em cada aeroporto uma comissão aeroportuária de facilitação e segurança, adiante abreviadamente designada por comissão aeroportuária FAL/SEC.

2 — A comissão referida no número anterior é o órgão que define e orienta, no respectivo aeroporto, as condições de aplicação das normas, recomendações e procedimentos estabelecidos.

ARTIGO 7.º

(Constituição)

1 — As comissões aeroportuárias FAL/SEC são constituídas por:

- a) O director do aeroporto, que presidirá;
- b) 1 representante permanente dos serviços de controle do tráfego aéreo;
- c) O comandante distrital da Polícia de Segurança Pública ou o seu equivalente nas regiões autónomas;
- d) O chefe da delegação aduaneira do aeroporto;
- e) O comandante da subunidade de fronteira aérea da Guarda Fiscal;
- f) 1 representante permanente da Polícia Judiciária;
- g) O chefe do posto de turismo;
- h) O responsável pelos serviços de sanidade de fronteiras;
- i) 1 representante permanente das empresas públicas Correios e Telecomunicações de Portugal e Telefones de Lisboa e Porto;
- j) Os chefes de escala das empresas nacionais de transporte aéreo regular;
- l) 1 representante permanente da Comissão de Operadores das Linhas Aéreas (AOC);
- m) 1 representante permanente da Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea (APPLA).

2 — Qualquer das entidades referidas no número anterior poderá designar um substituto, sem poderes para subdelegar.

3 — O director do aeroporto designará ainda um funcionário com funções de secretário.

4 — Sempre que se mostre conveniente, a comissão poderá propor ao director do aeroporto a representação ou a colaboração de outros serviços ou entidades públicas ou privadas nela não representados.

ARTIGO 8.º

(Competência)

Compete às comissões aeroportuárias FAL/SEC:

- a) Definir, tendo em conta as características locais, as condições de aplicação no respectivo aeroporto das normas, recomendações e procedimentos da facilitação e da segurança estabelecidos;
- b) Colaborar na elaboração do plano de segurança aeroportuária por forma a garantir a participação coordenada dos vários ser-

viços e entidades intervenientes na execução;

- c) Apresentar à Comissão Nacional FAL/SEC, quando o julgar conveniente, propostas de alteração das disposições em vigor;
- d) Dar parecer, no âmbito da facilitação e da segurança, sobre os projectos de construção, instalação ou remodelação das infra-estruturas e equipamentos aeroportuários, submetendo-os à apreciação da Comissão Nacional FAL/SEC, quando não existir consenso entre as partes interessadas ou quando o julgar conveniente;
- e) Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido no âmbito das suas atribuições;

ARTIGO 9.º

(Regulamento e funcionamento)

1 — As comissões poderão reunir em sessões plenárias ou restritas, consoante o âmbito dos assuntos a tratar.

2 — As comissões reunirão obrigatoriamente em sessão plenária uma vez por mês.

3 — As decisões das comissões tomadas com a oposição das entidades directamente interessadas na matéria em causa deverão ser postas à consideração da Comissão Nacional FAL/SEC.

ARTIGO 10.º

(Agentes da DGAC)

1 — Os presidentes das comissões aeroportuárias são considerados agentes da Direcção-Geral da Aviação Civil para o efeito de assegurarem o cumprimento das normas, recomendações e procedimentos em vigor no âmbito da facilitação e da segurança da aviação civil.

2 — Os referidos presidentes deverão informar a DGAC, através do funcionário referido no n.º 2 do artigo 1.º, sobre o estado de aplicação no respectivo aeroporto das normas, recomendações e procedimentos em vigor.

ARTIGO 11.º

(Planos de segurança aeroportuários)

1 — Os planos de segurança aeroportuários a estabelecer em cada aeroporto constituirão o instrumento de aplicação das normas, recomendações e procedimentos de segurança estabelecidos e esquematizarão em planos de contingência as diversas situações de segurança.

2 — A elaboração dos planos referidos no número anterior é da responsabilidade do comando distrital da PSP da área do respectivo aeroporto ou seu equivalente nas regiões autónomas, com a participação da comissão aeroportuária respectiva.

3 — Cabe ao comando distrital da PSP da área do respectivo aeroporto ou seu equivalente nas regiões autónomas a responsabilidade da elaboração, com a participação das respectivas entidades envolvidas, dos planos operacionais que lhes dizem respeito e da sua execução, na medida dos meios postos à sua disposição para o efeito e, designadamente:

- a) Determinar e coordenar as missões a desenvolver em cada situação;

- b) Estabelecer o comando e supervisão do conjunto das acções respeitantes às várias situações.

4 — Os planos referidos no n.º 1 deste artigo são aprovados por despacho conjunto do director-geral da Aviação Civil e do comandante-geral da Polícia de Segurança Pública.

ARTIGO 12.º

(Comissões de facilitação e de segurança)

São extintas as comissões de facilitação e de segurança criadas pelos Decretos-Leis n.ºs 551/75, de 30 de Setembro, e 575/75, de 6 de Outubro.

ARTIGO 13.º

(Encargos com a facilitação)

São da responsabilidade das administrações dos aeroportos os encargos inerentes à facilitação.

ARTIGO 14.º

(Encargos com a segurança)

1 — São da responsabilidade do Estado os encargos respeitantes aos meios em pessoal e material afectos à segurança da aviação civil para a repressão de actos ilícitos.

2 — Para cobertura dos encargos resultantes da aquisição, instalação e manutenção de equipamento específico desta segurança, serão atribuídas à Polícia de Segurança Pública as verbas necessárias, inscrevendo-se anualmente o seu montante no Orçamento do Estado.

3 — A DGAC, mediante parecer da Comissão Nacional FAL/SEC, definirá quais os equipamentos considerados específicos desta segurança.

4 — Os utilizadores dos aeroportos que solicitem à PSP medidas de segurança especiais suportarão os encargos inerentes, cujo montante será cobrado pela referida Polícia.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 1982. — *Diogo Pinto de Freitas do Amaral* — *José Ângelo Ferreira Correia* — *José Carlos Pinto Soromenho Viana Baptista*.

Promulgado em 5 de Janeiro de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E PESCAS

Decreto-Lei n.º 11/83 de 17 de Janeiro

Tendo-se mostrado conveniente regular em diploma próprio, ao abrigo do artigo 1.º do Decreto-Lei